

Agostinho da Silva, vinte anos depois

António Cândido Franco



fluenciar as linhas fundamentais de orientação do novo regime. Ao lê-lo, a imprensa

que hoje temos é que estamos, em todos os domínios, da gestão da propriedade à edu-

cação, das relações internacionais à saúde, da escola à cooperativa, da liberdade ao direito, ante um programa libertário, de inspiração anarco-sindicalista. Não foi possível, por circunstâncias puramente ocasionais, durante a sua vida, contar com a colaboração de Agostinho da Silva nas páginas de A Batalha. Que esta transcrição, que vai numerada com os algarismos originais, seja por um lado a nossa evocação grata do homem singular que partiu há vinte anos e por outro uma forma digna de o receber entre nós, numa casa que também é dele, com um texto a bem dizer de e para todos e que ainda hoje, 40 anos depois, continua plenamente actual e contemporâneo do futuro. A esta homenagem junta-se Maurícia Teles, presidente da direcção da Associação Agostinho da Silva, a quem muito agradeçamos. ■

PROPOSIÇÃO

ou tolerância, mas como uma válida contribuição para a descoberta colectiva da verdade, quer se julgue atingível quer não.

9. Não creio que seja necessário um laço

político entre os vários Povos: são apenas um grupo de irmãos; e basta, para que o processo de fraternidade se apure, que haja encontros frequentes e amplos dos interesses nos vários sectores, fazendo-se que toda a instituição, por muito precisa que pareça, seja sempre, menos do que um objectivo a atingir, um nível a ultrapassar.

10. Vendo o Poder como elemento de determinado estádio histórico e considerando-o, como propriedade individual, corruptor, tenho-o como devendo ser repartido o mais possível, para que cada indivíduo lhe sofra o mínimo de efeitos, e exercido sempre em órgãos colectivos, desde o nível de menor área ao mais amplo dos escalões.

11. Todo o Poder reside no Povo, sem distinção de economia, cultura ou tipo de pensamento entre os indivíduos que o constituem, e toda a Lei é sugerida ou proposta, e depois votada, de baixo para cima e não de cima para baixo, entendendo-se o “baixo” e o “cima” não como termos hierárquicos, mas como amplitude de áreas consideradas.

12. Conservando todas as tarefas de coordenação que provavelmente sempre serão necessárias, ter-se-á como objectivo da comunidade o enfraquecimento progressivo do Estado, com o máximo de soluções a nível dos agrupamentos, constituídos por sua vez pela reunião dos menores núcleos populacionais de comum ecologia humana.

13. Terá cada indivíduo como direito e dever decidir por suas próprias convicções, o mais independente que lhe seja possível de grupos, partidos ou órgãos de governo.

24. Toda a ajuda que, por meios políticos, de outros povos vier deve ser olhada como

Completaram-se a 3 de Abril do corrente ano dias décadas sobre o desaparecimento de George Agostinho Baptista da Silva (1906-1994), que assinou Agostinho da Silva, e deixou uma vasta e significativa obra de pedagogo e pensador social. Iniciou a sua carreira de publicista no Porto, sua cidade natal, ainda na década de vinte do século XX na Renascença Portuguesa e desenvolveu-a depois em Lisboa, na década seguinte, no seio da Seara Nova. O ponto marcante desta acção situa-se porventura na actividade editorial que manteve num improvisado escritório lisboeta, na Pavilhã, entre 1939 e 1944, com a edição de quatro colecções distintas, uma dirigida à juventude, que deu um contributo notável à democratização da cultura em Portugal, numa época em que o acesso às escolas, sobretudo superiores, era muito limitado. Foi um destes cadernos, dedicado ao cristianismo, publicado em 1942, onde se fazia uma apologia social do Evangelho, que, levantando uma onda de indignação na imprensa católica e chamando a atenção da política sobre o autor, acabou por levar à sua prisão em Junho de 1943. Sem possibilidades de continuar a desenvolver a sua actividade em Portugal, devido às limitações a que foi sujeito, Agostinho partiu para o Brasil em Novembro de 1944, onde acabou por ficar, com curtas interrupções, cerca dum quarto de século. Regressado a Portugal depois da morte de Salazar, assistiu à Revolução dos Cravos e acabou por ter uma participação activa e de primeiro plano na vida social portuguesa no período que se lhe seguiu. Averso ao espírito partidário, adverso à monopolização da política pelos partidos, Agostinho defendeu de modo dessasombrado formas de intervenção pessoal e social que, desde a época da Seara Nova, se não mesmo da Renascença Portuguesa, tinham larga afinidade de espírito com a intervenção libertária. Tornou-se na juventude um empenhado esperantista e foi talvez, nessa qualidade que antes da partida para o Brasil teve relações com militantes libertários como Edgar Rodrigues e Fernando Domingues da Costa, documentadas em texto do primeiro (revista Utopia, n.º 26, 2008, p. 93-98) e que ainda hoje estão por apurar em pormenor. Só se pode lamentar que não tenham surgido ocasiões, depois da queda do Estado Novo, de estabelecer contactos mais próximos entre Agostinho da Silva e a imprensa libertária. Que as afinidades existam, nenhuma dúvida! E que a recepção dele seria a melhor também se sabe que sim!

Para se perceber a profunda proximidade de espírito entre as duas partes, transcrevemos de seguida, a título de exemplo, parte do documento que o pensador produziu nos dias imediatos à Revolução dos Cravos e que foi enviado em cópia dactilografada a todos os políticos portugueses então a regressar do exílio. Ao que se sabe apenas Álvaro Cunhal, que lera nota de Agostinho nos tempos do velho O Diabo, que teve vasta colaboração de Jaime Brasil, lhe agradeceu o envio. O texto, chamada “Proposição”, consistiu por 69 pontos, veio a ter um aditamento no início do ano seguinte, de 24 artigos, e parece ter o claro propósito de in-

Agostinho da Silva

3. A comunidade a que o proponho é o Povo não realizado que actualmente habita Portugal, a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, o Brasil, Angola, Moçambique, Macau, Timor, e vive, como emigrante ou exilado, da Rússia ao Chile, do Canadá à Austrália.

4. Ponho-lhe como projecto e meta de existência a consecução de sua própria liberdade e a ajuda para que o mesmo atinjam todos os outros Povos do mundo, a começar pelos seus vizinhos imediatos, pelas Nações a que outtora esteve ligado e por aquelas em que são maiores seus núcleos de emigração.

6. Como não há verdadeira liberdade quando não existem meios de subsistência, devem ser estes obdidos, a partir dos sistemas presentes, pelo alargamento da propriedade colectiva até que, por só ela se considerarmos mecanismos de produção e distribuição, se perca a própria noção de propriedade, tão alienadora da autenticidade humana.

7. Olho educação como a instrumentação que se deve fornecer a cada homem para que seus juízos sejam plenamente informados e racionalmente atingidos, sempre o acompanhando na marcha a divida metódica e a fé na sua inteligência; a esperança de atingir a verdade e a hipótese de haver mundos que escapam às faculdades humanas; o amor de se aperfeiçoar a si mesmo e o de fazer que possam os outros partilhar de suas experiências e de seus avanços.

8. Ponho como liberdade de pensamento o direito que tem todo o homem de pensar todo o pensamento possível, inclusive o que pareça impensável aos outros, traduzindo-o em prática se tal lhe for inerente, com a inteira responsabilidade sobre si mesmo – e, simultaneamente, o dever que cada um assume de garantir aos outros a mesma liberdade, não como um resultado de cepticismo

um meio que se lhes faculte a eles de tomarem parte numa empresa de dignificação humana, não como uma dádiva de superior a inferior ou como meio de estabelecer zonas de influência.

25. Como um mundo aberto à Paz, não entra a comunidade, quer em conjunto, quer por qualquer das suas partes, quer por pontos de seu território, em qualquer aliança ou bloco de Povos que signifique, face a outros, desconfiança, rivalidade ou império de força.

26. Entrará em todas as organizações internacionais abertas que tenham por objectivo a resolução pacífica dos conflitos, o desenvolvimento económico igualitário, a educação geral e o estreitamento de laços entre os homens.

27. Defenderá fundamentalmente a criação de um organismo internacional em que os delegados não sejam, como na Sociedade das Nações e na Organização das Nações Unidas, nomeados pelos governos, mas directa e especialmente eleitos pelos Povos, atribuindo-se delegados a cada uma das partes que o compõem na sua aspiração de realizar-se, incluindo a Nação emigrada de Língua Portuguesa.

28. Desejar-se-ia finalmente que ninguém tivesse a política como profissão, conciliando-se quanto possível o trabalho directo e semelhante ao dos outros com as tarefas que coubessem ao delegado, a qualquer nível, que as populações escolhessem.

32. Contando-se, entretanto, com as linhas observadas no comportamento humano e sem discutir se se trata de natureza ou hábito, só muito prudentemente se deve abolir o que se refere, na economia de mercado, aos estímulos de produção, lembrando que a remuneração de capital investido não é incompatível com a propriedade colectiva.